

Maciel nega aumento de impostos

Brasília — O chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel, confirmou que o governo está preparando uma série de medidas complementares ao Plano Cruzado para desestimular o excesso de consumo, que na avaliação das autoridades econômicas atingiu níveis preocupantes.

— Serão medidas complementares, para fortalecer o plano de estabilização econômica. Mas precisamos afastar esta mania de pacotite — disse Maciel. O ministro negou que entre as medidas inclua-se aumento da carga tributária e confirmou para a próxima semana o anúncio do plano de metas e da reforma administrativa.

— Nada do que está sendo preparado resultará em recessão — garantiu.

Tanto Maciel como o porta-voz para assuntos econômicos, Frota Netto, informaram que os ministros da área econômica trabalham em busca de um mecanismo capaz de elevar a poupança interna, com o objetivo de financiar o plano de metas.

Uma fonte do Palácio do Planalto acrescentou que o Presidente José Sarney

é o principal interessado na adoção, o mais rápido possível, das medidas econômicas complementares ao Cruzado e comentou que, embora estejam programados para a próxima semana, a reforma administrativa e o plano de metas ainda não obtiveram consenso entre os ministros da Fazenda e do Planejamento.

Um dos pais do Cruzado comentou que o novo pacote econômico ainda depende de discussão demorada e dificilmente ficará pronto em curto prazo. Admitiu que uma das alternativas é uma espécie de recolhimento compulsório sobre o valor de combustíveis, um dos responsáveis pelo consumo exagerado dos últimos meses.

— É preciso aumentar a poupança agregada que vem caindo e reagir diante da enorme pressão de demanda, principalmente de certos itens como automóveis, com a cobrança de ágio sobre alguns produtos. Isso induz ao consumismo, porque as pessoas imaginam que o ágio vai aumentar ainda mais amanhã — disse o técnico do governo.

Reconheceu que trata-se de um quadro muito ruim numa situação geral da economia que é boa e não pode perdurar por muito tempo, porque desequilibrará os fundamentos do plano original. Contou que as principais distorções atualmente estão nos altos níveis de consumo e na elevação da taxa de juros, que apesar disso não tem inibido a demanda.

No caso dos juros, alguns bancos estão pagando pela captação de Certificado de Depósito Bancário — CDB — cerca de 30% ao ano, enquanto a taxa de inflação estimada é de 15%. Dos 30%, entretanto, 10% são relativos à cobrança de uma alíquota de 35% do Imposto de Renda. Logo, os juros razoáveis seriam de 20%, equivalentes ao que paga a caderneta de poupança.

Como esse alta taxa está gerando inflação, a estratégia do governo seria deslocar a taxa do IR para outro bem, de forma a derrubar os juros sem causar perda de receita: “Os juros estão altos por enquanto, porque se ficarem baixos o consumo aumentará ainda mais”, reconhece outro autor do Cruzado.